



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da  
Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma dos Açores  
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/2864/2022	28/09/2022	Sai-AP/2022/201	22/12/2022

**ASSUNTO:** Requerimento n.º 476/XII (PS) – “Governo Regional não entregou no prazo estabelecido os planos de gestão e risco de corrupção e infrações conexas!”, apresentado pelos Senhores Deputados Berto Messias, Maria Isabel Teixeira, Tiago Branco e Lubélio Mendonça, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Berto Messias, Maria Isabel Teixeira, Tiago Branco e Lubélio Mendonça, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumre-me informar V. Ex<sup>a</sup>. do seguinte:

**1 - Por que razão o Governo Regional e Entidades tuteladas não remeteram no prazo estabelecido os planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas para o Tribunal de Contas?**

Cumre, em primeiro lugar, esclarecer que os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas não são remetidos para o Tribunal de Contas.

Atualmente, no domínio da Prevenção da Corrupção e infrações conexas, vigora o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (doravante RGPC) e consagra o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), entidade administrativa independente que sucede ao Conselho de Prevenção da Corrupção (entidade que funcionou junto do Tribunal de Contas).

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, verifica-se que o sítio eletrónico onde constava a Lista identificativa das entidades do setor público que remeteram ao Conselho de Prevenção da Corrupção os respetivos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Conexas, ao abrigo da Recomendação n.º 1 / 2009 deixou de estar operacional por ter deixado de ser esta a entidade responsável pela sua divulgação.

Por outro lado, a plataforma do MENAC prevista para a submissão dos respetivos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas não se encontra em plena atividade, em resultado da fase de preparação motivada pela profundidade das exigências legislativas que impõem, em resultado, um período de adaptação mais alargado concedido pelo Decreto-Lei.

Por último, tratando-se de documentos dinâmicos e transversais às diferentes entidades e serviços tutelados pelo Governo Regional, os mesmos encontram-se em permanente atualização pelos diferentes Departamentos do Governo Regional dos Açores, com base na legislação em vigor, tendo, nomeadamente, em conta as mais recentes alterações na orgânica do XIII Governo Regional.

## **2 - Quais as Entidades que elaboraram os referidos planos?**

Remetemos a presente para a resposta anterior, reiterando que os serviços se encontram, atualmente, a proceder à revisão e adaptação dos respetivos planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas com base na legislação em vigor e na nova orgânica do XIII Governo Regional.

## **3 - Por que razão o Governo Regional não promove a divulgação dos referidos planos em nome de maior transparência na Administração Pública?**

O Governo promove a divulgação através dos diferentes departamentos que disponibilizam os seus Planos na página eletrónica dos seus serviços.

## **4- O Governo regional considera aceitável que a entidade competente em matéria de corrupção (Inspeção Regional Administrativa, da Transparência e do Combate à Corrupção) viole essa orientação do Tribunal de Contas?**

A Inspeção Regional Administrativa, da Transparência e do Combate à Corrupção (IARTCC) não está a violar uma orientação do Tribunal de Contas, porquanto o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, aprovado em 2018, e atualizado em 2022, se encontra devidamente publicitado no seu sítio eletrónico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

**5- Quais as Consequências para essa violação?**

As consequências previstas para a violação das obrigações previstas no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro são as que se encontram previstas no capítulo IV do referido diploma. Sem prejuízo, à data de hoje o regime sancionatório não se encontra em vigor, estando prevista a sua produção de efeitos de forma faseada (7 de junho de 2023 em geral e 7 de junho de 2024 para as entidades de direito privado abrangidas), conforme artigo 28.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS  
DE FREITAS**  
Data: 2022.12.22 12:45:11-01'00'  
Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**  
Atributos certificados: **Secretário Regional das  
Finanças, Planeamento e Administração Pública.**

